



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008528-81.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Lidinei de Quadros**
Requerido: **CLARO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter efetuado a alteração do seu plano de serviços junto à ré.

Alegou ainda que posteriormente constatou que foi lhe cobrando multa por alteração, bem como houve cobranças de valores a títulos de excesso do limite de uso do plano, assim como acabou por pagar uma valor em duplicidade.

Já a ré em contestação esclareceu que os serviços foram utilizados pela autor sendo devido então o valor cobrando.

As questões trazidas a colação não desperta grandes controvérsias.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A postulação da autora para devolução do valor de R\$221,78 em dobro não prospera.

Restou comprovando que embora com atraso a ré efetuou a devolução da quantia a autora e a propósito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que não terá aplicação a aludida regra.

Procede, outrossim, o pleito em relação a devolução das demais quantias.

Quanto à cobrança da multa por alteração de plano restou evidente que é indevida, por expressa convenção contratual, conforma se observa no item 5.1. do contrato de fl. 55 “*Caso a solicitação seja de migração para outro plano de serviço pós pagos que não ocasione uma diminuição da franquia contratada o ASSINANTE permanecerá obrigado a cumprir os meses remanescentes do prazo de permanência*”.

Portanto, tendo em vista a disposição contratual contraria a cobrança, a devolução dessa quantia é de rigor.

Quanto a devolução do valor referente a cobrança pela utilização dos serviços excedidos do pacote da autora também merece acolhimento.

O argumento de que em verdade a autora dispunha de ciência quanto a cobrança dos minutos excedidos pela utilização em excesso seriam a parte, não beneficia a ré.

Isso porque ao perfilhar esse entendimento a ré patenteou que no mínimo inobservou um dos direitos básicos do consumidor previsto no art. 6º do CDC, qual seja o da “*informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem*”.

Discorrendo sobre o tema, ensina **CLÁUDIA LIMA MARQUES**:

“O direito à informação é corolário do princípio da confiança, pois o produto e serviço que informe seus riscos normais e esperados é um produto que desperta uma expectativa de um determinado grau esperando de 'segurança'. A utilidade do direito à informação inicia na efetividade do direito de escolha do consumidor (Art. 6, I), como causa inicial do contratar, e acompanha todo o processo obrigacional, na segurança esperada por este equilíbrio informado dos riscos e qualidades, até seu fim, que é satisfação das expectativas legítimas do consumir um produto ou serviço sem falhas de segurança (causa final)” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Revista dos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Tribunais, 3ª edição, p. 250).

A informação, ademais, e nos termos de decisão do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “*deve ser correta (=verdadeira), clara (=de fácil entendimento), precisa (=não prolixa ou escassa), ostensiva (=de fácil constatação ou percepção) e ... em língua portuguesa*” (REsp. 586.316/MG).

Ora, a mensagem encaminhada para a autora dando conta que o limite de uso já tinha atingido 60% não foi suficiente para esclarecer o seu real objetivo, deixando a autora em dúvida quanto ao seu conteúdo, como de resto se daria com qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição.

O panorama traçado denota que prospera no particular a postulação exordial, condenando-se a ré a restituir o valor correspondente.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 930,27, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada parcela que a compôs, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 20 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**